



Artigo

Estrabão

Vol. (7): 67 - 84

© Autores

DOI: 10.53455/re.v7i.288



Recebido em: 13/02/2026

Publicado em: 29/03/2026

Análise geopolítica dos tensionamentos territoriais na Groenlândia e na Venezuela no contexto contemporâneo

Geopolitical analysis of territorial tensions in Greenland and Venezuela in the contemporary context

Thiago de Oliveira Neto ^{1A}

Resumo:

Contexto: Este artigo analisa, à luz da geopolítica crítica, os tensionamentos territoriais envolvendo os Estados Unidos na Groenlândia (território autônomo do Reino da Dinamarca, no Ártico) e na Venezuela (América do Sul), buscando compreender como e com quais implicações geopolíticas esses espaços são construídos discursiva e estrategicamente como áreas de interesse em um cenário de competição com Rússia e China. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, teórico-interpretativo, baseado em (i) revisão de literatura com autores clássicos e contemporâneos da geografia política e da geopolítica e (ii) análise documental de materiais jornalísticos e institucionais publicados entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, tratados como expressões de uma “geopolítica imaginada”. A leitura foi orientada por categorias analíticas (representação espacial, enquadramento estratégico e construção narrativa). **Resultados:** Identificam-se convergências estruturais entre os casos — centralidade de recursos estratégicos e rotas, presença sino-russa como vetor de securitização e mobilização de instrumentos de contenção — que reatualizam gramáticas da geopolítica clássica e sustentam narrativas voltadas à recomposição da hegemonia norte-americana.

Palavras-Chave: geopolítica; território; Groenlândia; Venezuela

Abstract:

Context: This article analyzes, through the lens of critical geopolitics, territorial tensions involving the United States in Greenland (an autonomous territory within the Kingdom of Denmark, in the Arctic) and in Venezuela (South America), seeking to understand how, and with what geopolitical implications, these spaces are discursively and strategically constructed as areas of interest amid competition with Russia and China. **Methodology:** This is a qualitative, theoretical-interpretive study based on (i) a literature review drawing on classical and contemporary authors in political geography and geopolitics and (ii) documentary analysis of journalistic and institutional materials published between January 2025 and January 2026, treated as expressions of an “imagined geopolitics.” The reading was guided by analytical categories (spatial representation, strategic framing, and narrative construction). **Results:** The analysis identifies structural convergences between the cases—namely the centrality of strategic resources and routes, the Sino-Russian presence as a driver of securitization, and the mobilization of containment instruments—which reactualize classical geopolitical grammars and sustain narratives aimed at recomposing U.S. hegemony.

Keywords: geopolitics; territory; Greenland; Venezuela

1 - Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAM (PPGGEOG-UFAM).

A - Contato principal: thiagoton91@live.com

Introdução

O período atual tem sido marcado por uma constante reconfiguração dos blocos de poder e pela emergência de novos arranjos geopolíticos hegemônicos em escala mundial, resultando na constituição de novas espacialidades. Estas se expressam por meio de fluxos, domínios, arranjos territoriais, força militar e circuitos econômicos que já não se estruturam prioritariamente a partir de um sistema geopolítico baseado no tensionamento ideológico entre modelos distintos, mas sobretudo em torno de formas de acumulação que contam com a presença ativa dos Estados nesse processo.

No período atual, tensões, conflitos e imaginações geopolíticas são produzidos como discursos que, embora assumam novas roupagens, não se afastam substancialmente das formulações clássicas da geopolítica. Os atores centrais como o caso dos Estados continuam a buscar legitimidade a partir da posição, da extensão territorial, dos aparatos técnicos e da construção de ameaças potenciais, por vezes reais, de caráter militar e hegemônico, como exemplificado nos tensionamentos na Groenlândia e na Venezuela.

O presente artigo constitui-se em um texto teórico-interpretativo fundamentado em casos empíricos, com abordagem analítica e hermenêutica acerca dos tensionamentos entre potências hegemônicas, sobretudo os Estados Unidos, na região do Ártico e na Venezuela. A relação entre ambos os tensionamentos circunscreve-se à manifestação discursiva pautada no realismo ofensivo nas relações entre Estados Unidos e as atividades e intenções sino-russas nos dois recortes analíticos, refletindo transformações contemporâneas que podem ser interpretadas à luz da geografia política e da geopolítica. Parte-se do entendimento de que as relações de poder se tornaram cada vez mais fluidas e diversificadas, ao mesmo tempo em que se observa um movimento de reconfiguração hegemônica em curso.

Este artigo responde à seguinte questão: *como os Estados Unidos constroem discursiva e estrategicamente a Groenlândia e a Venezuela como áreas de interesse no contexto de competição com Rússia e China, e com quais implicações geopolíticas essa construção se manifesta?* O recorte empírico concentra-se em discursos e registros documentais veiculados entre **janeiro de 2025 e janeiro de 2026**, tratados como expressões de uma “geopolítica imaginada”. A escolha dos casos não se baseia em semelhança regional, mas em uma comparação por mecanismo: em teatros distintos, observam-se enquadramentos securitários, disputas por recursos estratégicos e estratégias de contenção de influências extrarregionais. Como contribuição, o estudo articula geopolítica clássica, realismo ofensivo e geopolítica crítica para explicitar padrões narrativos e materiais que sustentam a atualização contemporânea de gramáticas hemisféricas, discutida aqui como “Monroe 2.0”.

O texto está organizado em duas partes: i) inicialmente, aborda-se a dimensão da geopolítica produzida e imaginada no cenário de tensão entre Estados Unidos e Dinamarca em torno da Groenlândia, considerando as mudanças climáticas e as transformações geopolíticas associadas à circulação marítima e submarina; ii) em seguida, discutem-se as tensões e a geopolítica imaginada em torno da Venezuela, bem como sua inserção nas formulações clássicas das teorias regionais dos triângulos geopolíticos latino-americanos, conforme mencionado por Lewis Tambs e Shiguenoli Miyamoto, destacando-se a persistência de disputas hegemônicas articuladas aos desdobramentos contemporâneos e ao controle de recursos naturais.

Metodologia

Para o desenvolvimento das análises e reflexões propostas neste artigo, adotou-se um procedimento metodológico de natureza qualitativa e interpretativa, estruturado em três etapas complementares.

Em um primeiro momento, realizou-se revisão bibliográfica orientada à identificação de fundamentos teóricos clássicos como Halford John Mackinder (teoria do Heartland), Nicholas J. Spykman (teoria do Rimland), Karl Haushofer (pan-regiões) e Lewis Tambs (geopolitical triangles) e de autores contemporâneos da geopolítica e da geografia política, como Tuathail e Agnew (1992), Tuathail (1996), Dobbs e Nuttall (2017),

1 “(...) a geopolítica crítica difere da geopolítica em aspectos fundamentais e importantes. Enquanto a geopolítica enfatiza como elementos geográficos, como localização, tamanho, topografia, clima, distribuição de recursos naturais e a localização do oceano e da terra, influenciam o poder estatal, a geopolítica crítica afirma que “o espaço é essencialmente narrado e, portanto, altamente contextual e dependente de construções sociais, discursos e identidades moldáveis”. Em suma, as mudanças geográficas têm um efeito sobre as relações de poder, mas é a maneira como os atores reinventam o território ártico que molda sua política externa” (Gricius, 2021, pp. 10-11).

Giblin (2025), Dobbs (2025), Mesa (2025), Qi et al. (2024) e Arístegui (2025). Essa etapa buscou construir o referencial analítico capaz de sustentar a interpretação dos tensionamentos territoriais relacionados à Groenlândia e à Venezuela.

Na segunda etapa, procedeu-se a levantamento bibliográfico adicional em língua portuguesa, francesa e inglesa sobre disputas geopolíticas no Ártico e na América Latina. A seleção considerou pertinência temática associada a termos como geopolítica e ártico, geopolítica e Groenlândia, geopolítica, Estados Unidos e Venezuela e triângulos geopolíticos, bem como recorrência analítica e contribuição para a compreensão das relações entre espaço, poder e recursos estratégicos.

Por fim, realizou-se levantamento documental baseado em dados secundários e notícias publicadas entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, provenientes de veículos de comunicação e instituições nacionais e internacionais. Esses materiais foram tratados como expressões discursivas de uma geopolítica imaginada e analisados por meio de leitura interpretativa orientada por categorias como representação espacial, enquadramento estratégico e construção narrativa dos atores envolvidos. A análise esteve ancorada na perspectiva da geopolítica crítica, considerando discursos e representações como dimensões constitutivas da produção geopolítica.

A articulação entre essas etapas possibilitou integrar referenciais da geopolítica clássica, moderna e crítica, permitindo interpretar os casos empíricos como manifestações contemporâneas da relação entre espaço e poder. As teorias de poder terrestre e marítimo, espaço vital e dissuasão constituem o núcleo clássico e moderno da análise, enquanto a interpretação das representações e discursos insere-se no campo da geopolítica crítica, ao considerar práticas espaciais e narrativas como dimensões indissociáveis da produção geopolítica.

Geopolítica no Norte: imaginações e tensões

A “sociedade em movimento” (Santos, 2004, p. 83) transforma, constrói, atribui significados e reorganiza os territórios, ao mesmo tempo em que impõe relações de poder entre diferentes grupos sociais e formações territoriais. Nesse processo, ocorrem mudanças de ordem política, administrativa e interpretativa na organização das relações de poder. Constituem-se, assim, distintas tramas, narrativas, tensões e até guerras inseridas em contextos territoriais vinculados a objetivos diversos, todos ancorados na dimensão territorial e no estabelecimento de controle no âmbito da balança de poder² dos atores hegemônicos, bem como de seus interesses internos de natureza ideológica, econômica, produtiva e de dominação.

As transformações nos contextos de administração interna e a ascensão de *policy makers* nos Estados alteram, aceleram e desencadeiam novos desdobramentos no cenário geopolítico mundial e regional. No período atual, observa-se um deslocamento de uma multilateralidade frágil (Fabri, 2004) para a predominância de relações cada vez mais associadas ao realismo ofensivo (Lobell, 2010), ainda que persistam indícios de acordos multilaterais e movimentos simultâneos de tensão e distensão, sustentados por narrativas voltadas à manutenção de hegemonias (Gricius, 2021) nesse novo quadro relacional.

Nesse cenário de mudanças e tensionamentos, a análise hermenêutica introdutória centra-se nas tensões envolvendo os Estados Unidos e outras potências no território da Groenlândia e em suas passagens marítimas no Ártico. Antes, porém, de adentrar especificamente a discussão sobre uma “geopolítica do Ártico”, é importante salientar que debates e produções cartográficas já eram realizados nas primeiras décadas do século XX com o objetivo de legitimar e construir visões hegemônicas de mundo, como exemplificado por Karl Haushofer na discussão de pan-regiões. De acordo com Brigola (2023, p. 55), as pan-regiões “teriam como princípio norteador a noção das Pan-ideias”, que organizariam o mundo a partir de ideologias básicas, sendo a própria Doutrina Monroe classificada como um exemplo dessa lógica. A proposta geopolítica consistia, assim, na divisão do globo em zonas de influência orientadas por grandes potências hegemônicas (figura 1).

² Conceito que se refere aos equilíbrios necessários dentro do sistema internacional, tendo em vista que, quanto maior o equilíbrio existente, menores são as possibilidades de conflitos e guerras. O neorealismo de Kenneth Waltz constitui uma das bases centrais no que se refere ao conceito de “balança de poder”. Ver mais em: Bittencourt (2017).

Figura 1 - Pan-regiões segundo Karl Haushofer.



Fonte: Haushofer (1931, p. 9).

A Figura 1 é mobilizada aqui como precedente cartográfico da construção de esferas de influência, isto é, como exemplo de regionalização estratégica que naturaliza hierarquias espaciais e delimita “zonas” conforme projetos hegemônicos. O valor analítico da imagem não está em atualizar Haushofer como explicação direta do presente, mas em evidenciar como certas matrizes clássicas de ordenamento do mundo seguem operando como gramáticas de legitimação territorial. Nesse sentido, a figura fornece um pano de fundo para compreender a persistência de enquadramentos hemisféricos (ex.: Doutrina Monroe) e sua reinterpretação contemporânea sob novas rivalidades e tecnologias. Essas pan-regiões constituem um exercício de regionalização associado a uma geopolítica imaginada³, entendida aqui como o conjunto de representações discursivas, cartográficas e estratégicas que projetam hierarquias espaciais e legitimam formas de projeção de poder e controle territorial (Tuathail; Agnew, 1992; Tuathail, 1996). Nesse sentido, cada grande conjunto espacial era interpretado como esfera de influência de uma potência hegemônica.

Esse contexto é relevante, pois, no caso das Américas, os Estados Unidos se apresentam historicamente como potência hegemônica nas representações geopolíticas, sobretudo diante da vigência simbólica e estratégica da Doutrina Monroe (1823), segundo a qual a influência no continente deveria ocorrer sem a presença de potências externas, inicialmente europeias e, no contexto contemporâneo, também asiáticas.

Além desse aspecto teórico, é importante mencionar que um dos primeiros trabalhos a abordar a geopolítica e a Groenlândia foi o de Roucek (1951)⁴. Estudos posteriores destacam que ele chamou a atenção para os recursos naturais da região e para sua importância estratégica como rota aérea e hidroviária, vinculando

³ No âmbito da Geografia, Gregory (1994), em *Geographical Imaginations*, chama a atenção para o fato de que o espaço não é produzido apenas materialmente, mas também discursivamente. Por sua vez, Ó' Tuathail (1996), em *Critical Geopolitics*, destaca que parte da geopolítica clássica está orientada por discursos e representações cartográficas nas quais se expressam e se reproduzem relações de poder. Ademais, tais discursos, forjados a partir de um imaginário geopolítico, são produzidos com o objetivo de legitimar ações estatais e militares em contextos de reafirmação da hegemonia estatal.

⁴ Texto intitulado *The Geopolitics of the Arctic*.

tais elementos à segurança energética e militar norte-americana (Dobbs; Nutall, 2017; Giblin, 2025; Dobbs, 2025). Essas interpretações refletem influências do contexto da Segunda Guerra Mundial e das decisões diplomáticas que permitiram presença militar dos Estados Unidos na ilha, evidenciando a construção inicial de uma geopolítica do Ártico fundada na valorização estratégica do espaço polar (Dodds e Nuttall, 2017).

Dodds e Nuttall (2017) enfatizam que o Ártico se tornou simultaneamente epicentro das mudanças climáticas e zona de rivalidades entre grandes potências, sendo enquadrado por narrativas que priorizam recursos energéticos, rotas marítimas e estratégias nacionais. Ressaltam ainda que a região atrai concepções imaginativas associadas à expansão e à colonização, evidenciando a persistência histórica de enquadramentos que projetam interesses simbólicos e geopolíticos sobre o território.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, planejadores estratégicos reconheceram a importância da Groenlândia para a segurança hemisférica, especialmente pela sua posição nas rotas aéreas de possível ataque ao continente norte-americano (Dodds e Nuttall, 2017). Ilhas como essa tornaram-se centrais para sistemas de vigilância e transporte, reforçando a construção de um imaginário estratégico orientado pela antecipação de cenários de conflito. No período atual, essa lógica amplia-se para o controle de rotas marítimas e para a contenção da atuação russa e chinesa, intensificando a presença militar e tecnológica na região.

Desde o pós-guerra, os Estados Unidos buscaram reorganizar partes do mundo sob sua influência para manter a hegemonia capitalista diante do bloco soviético. Estratégias fundamentadas na teoria do *Rimland* estabeleceram faixas de contenção territorial⁵ com objetivos militares e ideológicos. Após a dissolução da URSS⁶, o reerguimento da Rússia (Costa, 2015; 2025) e a ascensão tecnológica e econômica da China reconfiguraram essas estratégias, que passaram a incorporar instrumentos econômicos, diplomáticos⁷ e territoriais voltados à manutenção de zonas de influência e controle.

Mosbey (2025) destaca que o domínio oceânico e aéreo do Ártico pode posicionar uma potência em situação privilegiada de influência geopolítica global. Trata-se novamente de uma geopolítica imaginada, na qual narrativas e representações moldam percepções estratégicas e justificam a apropriação territorial em nome do controle de recursos e rotas, processo intensificado pelo recuo do gelo polar.

A produção dessas narrativas constitui elemento central na formação de imaginários geopolíticos que legitimam manifestações de poder, inclusive discursos sobre anexação territorial. A localização e a posição espacial assumem papel central nesse imaginário, historicamente sustentado por representações cartográficas⁸ que reforçam discursos estratégicos.

Esse imaginário incorpora ações diplomáticas e militares que se manifestam inicialmente no plano discursivo e podem evoluir para tensionamentos concretos. Exemplifica-se tal dinâmica nas declarações de líderes norte-americanos sobre a necessidade geopolítica de anexação da Groenlândia (Lucht, 2025; Allin, 2026), um território autônomo ligado à Dinamarca, evidenciando a dimensão performativa do discurso geopolítico.

Neste contexto, a noção de geopolítica imaginada é operacionalizada a partir da identificação de três dimensões analíticas: (i) narrativas estatais que projetam cenários estratégicos futuros (figura 2); (ii) representações cartográficas ou discursivas que hierarquizam regiões; (iii) justificativas político-militares associadas à segurança ou ao acesso a recursos. Essas dimensões orientam a leitura interpretativa das fontes e permitem identificar a produção contemporânea de espacialidades estratégicas no Ártico.

O tensionamento em torno da ilha pode ser compreendido por três perspectivas: continuidade ideológica da Doutrina Monroe; contenção estratégica da Rússia e da China e controle das rotas marítimas; e interesse em recursos minerais estratégicos inseridos na lógica neoextrativista contemporânea.

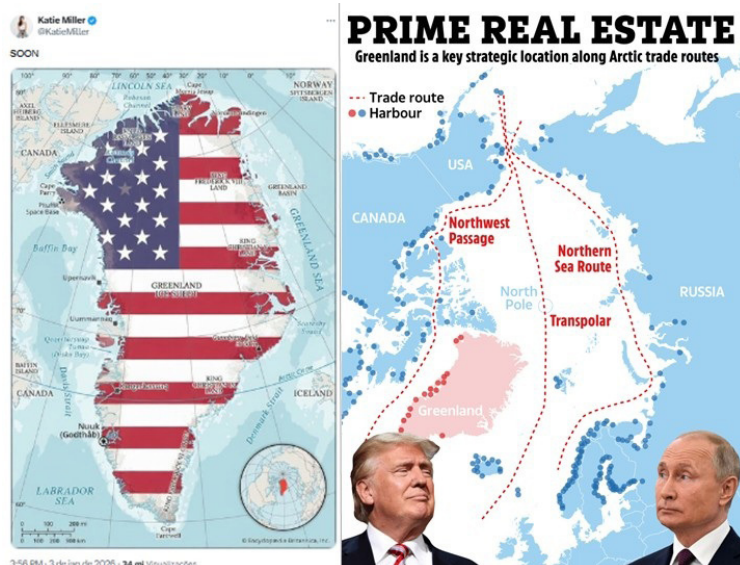
5 “Kennan defendeu uma política de contenção do expansionismo soviético pelos EUA. Para ele a URSS era um rival, e não poderia ser lido como parceiro. Os EUA deveriam pressionar e constranger o máximo possível a URSS, o que forçaria uma mudança de sua política expansionista, e eventualmente o colapso do regime soviético” (Shimabukuro, 2005, p. 33).

6 Um dos autores centrais da discussão sobre a containment strategy foi George F. Kennan. Sendo uma prática estatal no sistema internacional. John Lewis Gaddis vai mencionar que a contenção estratégica altera ao longo do tempo e que está pode ser militar, econômica ou institucional. Ver a discussão em: Combat (2023) e em Góes (2018).

7 Charles Glaser (1997; 2003), ao formular a noção de contenção defensiva, desenvolve a ideia de contenção sem escalada desnecessária. No contexto da Groenlândia e da Venezuela, essas estratégias correspondem a formas de contenção limitada e defensiva, que podem contribuir para o aumento da segurança (principalmente aos Estados Unidos) ao reduzir riscos de confrontação direta.

8 Brain Harley (2009) discute o contexto do poder e os mapas.

Figura 2 – Publicações e representações geopolíticas da Groenlândia.



Fonte: Katie Miller e Patrick Harrington.

A Figura 2 funciona como material empírico discursivo: ela reúne representações e publicações que participam da produção de uma “geopolítica imaginada” ao associar Groenlândia/Ártico a narrativas de segurança, contenção e competição por recursos. O que interessa analiticamente é identificar os frames dominantes (ameaça sino-russa, rotas estratégicas, minerais críticos) e como esses frames organizam percepções públicas e institucionais sobre a região. Assim, a figura sustenta a categoria de construção narrativa/enquadramento estratégico, evidenciando que o tensionamento não é apenas material, mas também performativo e legitimador de políticas.

Nesse cenário, Rússia e China têm desenvolvido sistemas técnicos específicos capazes de viabilizar a navegação no Ártico ao longo de todo o ano. Tais sistemas aqui compreendidos enquanto objetos técnicos inseridos no meio técnico-científico incluem, sobretudo, embarcações quebra-gelo, que possibilitam a abertura de rotas em águas congeladas, viabilizando tanto o transporte de cargas quanto operações de caráter científico, logístico e militar.

A Rússia, desde o século XX, ainda no período da União Soviética, teve investimentos na constituição de uma frota de navios quebra-gelo, incluindo unidades de propulsão nuclear, elemento que reforça sua capacidade operacional nas rotas do Ártico e sua projeção estratégica na região. A China, por sua vez, intensificou investimentos mais recentemente, destacando-se o programa CHINARE (Chinese Arctic and Antarctic Research Expeditions), que envolve embarcações destinadas à navegação e à pesquisa científica em áreas polares, tanto na Antártica quanto no Ártico.

Essas embarcações assim como aquelas operadas por outros países, como Estados Unidos e Canadá, permitem a ruptura das barreiras de gelo nas águas polares (figura 3), formando corredores temporários de navegação que possibilitam o deslocamento de outras embarcações, especialmente voltadas ao transporte de cargas. Dessa forma, tais infraestruturas técnicas devem ser compreendidas não apenas como instrumentos operacionais, mas como componentes estratégicos que integram a materialização das disputas geopolíticas e geoeconômicas na região.

Figura 3 – Navios quebra gelo no Ártico

Fonte: Xinhuanet; Artia; Russia Discovery.

A Figura 3 materializa a dimensão técnico-logística do conflito potencial no Ártico, ao evidenciar que a navegabilidade ampliada depende de objetos técnicos (quebra-gelos) que viabilizam presença permanente, pesquisa, logística e, em certos casos, dissuasão. Analiticamente, a comparação visual reforça que a disputa não se reduz a “rotas no mapa”, mas envolve capacidades estatais e infraestrutura operacional que condicionam o controle efetivo do espaço. Desse modo, a figura funciona como evidência da articulação entre meio técnico-científico e projeção de poder, conectando a discussão sobre rotas ao argumento de contenção e reposicionamento hegemônico.

Qi et al. (2024) demonstram que a retração do gelo ampliou a navegabilidade do Ártico e estimulou novas rotas comerciais⁹ (Nordeste, Noroeste e transártica) reforçando sua centralidade geopolítica (figura 4). Sob a ótica do realismo ofensivo¹⁰, essas transformações representam reatualização de estratégias de controle territorial e logístico associadas ao Rimland, ampliando conexões comerciais (figura 4) e estabelecendo redundâncias estratégicas diante de possíveis bloqueios marítimos.

A manutenção de infraestruturas e alianças ao longo dessas rotas configura continuidade das práticas de cercamento da Eurásia por potências marítimas, visando limitar expansões e controlar fluxos estratégicos. Conforme Lobell (2010), imperativos sistêmicos pressionam os Estados à expansão como forma de segurança e obtenção de vantagens estruturais.

⁹ Qi et al (2024) mencionam que houve uma ampliação do período de navegação segura em águas abertas de aproximadamente 90 dias, em 1979, para cerca de 122 dias na atualidade. Esse processo, segundo os autores, “aumentou a acessibilidade ao Ártico e o entusiasmo em estabelecer novas rotas comerciais”, com a consolidação de três principais rotas de navegação: a Rota do Nordeste (RN), a Passagem do Noroeste (PN) e a futura rota de navegação transártica.

¹⁰ “Para os realistas ofensivos, os estados do status quo no sistema internacional são raros e limitados a hegemonias globais. As potências maiores raramente estão satisfeitas com a distribuição atual ou existente do poder. A justificativa é que os Estados nunca têm certeza das intenções de outro estado – se ele pode avaliar corretamente seu poder econômico e militar, e se ele usará suas capacidades ofensivas no futuro para aumentar seu poder relativo. Especificamente, é difícil para um estado avaliar quanto poder relativo deve ter sobre seus rivais antes que esteja seguro e é difícil determinar quanto é suficiente no futuro (...) O resultado é uma constante competição de segurança, mesmo entre estados que não têm razão para competir (...)” (Lobell, 2010, p. 5 tradução nossa).

figura 4 – Rotas no Ártico



Fonte: Qi *et al.* (2024, p. 2).

A Figura 4 evidencia a reconfiguração espacial das rotas (Nordeste, Noroeste e transártica) e, portanto, o modo como mudanças ambientais reordenam possibilidades logísticas e geoeconômicas. Em termos analíticos, o mapa permite inferir que a abertura/viabilidade diferencial de corredores opera como **recurso estratégico**, gerando redundâncias de circulação e reduzindo vulnerabilidades a gargalos marítimos tradicionais. Assim, a figura sustenta a interpretação de que a centralidade do Ártico decorre tanto de variáveis físicas quanto de sua **reinscrição estratégica** por atores estatais em competição.

O controle da Groenlândia, nesse contexto, reforça capacidades de vigilância e dissuasão dos Estados Unidos, ampliando seu alcance estratégico. O imaginário geopolítico associado a esse processo baseia-se na legitimação narrativa das ações territoriais, na projeção de cenários defensivos e na produção de representações que influenciam o equilíbrio de poder.

As tensões discursivas sobre apropriação territorial remetem à geopolítica clássica, mas coexistem com dinâmicas contemporâneas de negociação e disputa simbólica. Observa-se a articulação entre referenciais clássicos (espaço vital, poder marítimo, pan-regiões) e estratégias contemporâneas de controle logístico e econômico.

O eventual deslocamento da influência sobre a Groenlândia indicaria expansão estratégica norte-americana e tensionamento do protagonismo europeu. Em paralelo, o reerguimento russo e a guerra na Ucrânia evidenciam disputas estruturais associadas à lógica do *Rimland* e à busca por acesso marítimo e projeção militar.

Em síntese, a análise evidencia que o Ártico se configura menos como espaço emergente apenas por transformações ambientais ou logísticas e mais como resultado de reconfiguração discursiva e estratégica promovida por atores hegemônicos. A articulação entre imaginários geopolíticos, controle de rotas e contenção de potências rivais sustenta a interpretação de que a região opera como núcleo contemporâneo de reorganização das hierarquias espaciais do poder mundial, reforçando a hipótese da constituição de uma região-pivô em deslocamento para o Norte global.

Geopolítica no Sul: velhas teses e novas tensões

As zonas de tensionamento da América Latina e a presença norte-americana mencionada como *yankee* por Mário Travassos (1935), correspondem a movimentos de articulação entre países locais e potências hegemônicas mundiais e regionais. No caso dessas articulações entre países latino-americanos e atores extrarregionais, tais movimentos são frequentemente interpretados, pelos formuladores da política externa dos Estados Unidos, como uma erosão dos princípios da Doutrina Monroe¹¹ e como uma redução de sua hegemonia histórica, sobretudo diante da ascensão de novas potências mundiais e regionais, como China, Rússia e Índia, consideradas exógenas ao continente sul-americano.

No âmbito dos imaginários geopolíticos produzidos enquanto retórica por atores estatais voltados à manutenção de hegemonias, os Estados Unidos têm mobilizado, por meio de determinados agentes políticos, uma retomada discursiva da denominada “*Monroe Doctrine reloaded*”. Tal movimento aparece como justificativa para mobilizações, pressões e ações que variam desde iniciativas simbólicas como propostas de ressignificação territorial e nominal de espaços estratégicos hemisféricos até ações diplomáticas, econômicas e militares direcionadas à Venezuela, além de tentativas de ampliação do controle estratégico em áreas como a Groenlândia (quadro 1). Configura-se, assim, um esforço de reafirmação de uma esfera de influência hemisférica.

Quadro 1 - síntese comparativa: Groenlândia e Venezuela.

Dimensão	Groenlândia	Venezuela
Natureza do tensionamento	Disputa por controle estratégico territorial e rotas árticas	Disputa por recursos energéticos e alinhamento geopolítico
Recursos centrais	Terras raras, posição geoestratégica polar	Petróleo pesado e extra-pesado
Atores principais	EUA, Dinamarca, China, Rússia	EUA, Venezuela, China, Rússia
Instrumentos de poder	Diplomacia estratégica, pressão econômica, projeção militar indireta	Sanções, presença militar regional, pressão econômica
Função geopolítica	Controle de corredores logísticos e contenção de potências rivais	Regulação energética e influência hemisférica
Escala predominante	Global/Ártica	Regional/Hemisférica

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso da América do Sul, ao menos dois movimentos geopolíticos internos manifestam-se em discursos e práticas de poder. O primeiro refere-se à constituição de alianças hegemônicas e esferas de influência articuladas por atores políticos e diplomáticos. O segundo vincula-se à expansão dos meios técnicos e informacionais e à necessidade de ampliação da produção industrial global, cujas etapas iniciais frequentemente se territorializam na região. Exemplos centrais incluem o Triângulo do Lítio (Bolívia, Chile e Argentina), a demanda por terras raras com ocorrências na Amazônia brasileira e em Minas Gerais e as reservas petrolíferas da Venezuela, Guiana e Brasil.

Nesse contexto, as esferas de hegemonia tornam-se mais difusas, à medida que atores regionais e globais mobilizam estratégias de *soft power* e, em determinados casos, de *hard power*. Observa-se, assim, a configuração de um sistema internacional tendencialmente tripolar (Estados Unidos, Rússia e China), com maior capacidade de produzir tensionamentos discursivos e ações territoriais concretas, seja no campo econômico, militar ou na reorganização de circuitos espaciais produtivos.

As relações entre atores hegemônicos e hegemonizados, ainda que essa categorização comporte ressalvas analíticas, expressam dimensões estruturais do arranjo contemporâneo do poder espacial: a) garantia do fornecimento contínuo de recursos naturais aos circuitos produtivos de alto valor agregado; b) manutenção de esferas de influência política; c) formação de regiões de contrapeso geopolítico; d) constituição de blocos e arranjos institucionais (Mercosul, União Europeia, BRICS); e) alterações na balança de poder decorrentes da ascensão de novas potências.

No campo das chamadas “velhas teses”, destaca-se a influência do modelo de Mackinder (*Heartland*), cuja noção de região pivô foi reinterpretada por analogia para compreender tensões regionais latino-americanas.

11 Ver essa discussão em: Teixeira (2014).

Nesse sentido, pivôs regionais assumem, em determinados momentos, feições geométricas triangulares.

Lewis Tambs (1965; 1979; 1980) identificou duas zonas estratégicas que correspondem por dois triângulos principais¹²:

- um no território boliviano (Sucre, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra);
- outro no Caribe (Nicarágua, Venezuela e Cuba).

A identificação desses dois triângulos por Tambs (1965) deve ser compreendida no contexto da leitura geopolítica realista e estratégica da Guerra Fria, que buscava reconhecer áreas nodais capazes de influenciar a correlação de forças hemisférica. Para o Tambs (1965), determinados conjuntos territoriais funcionariam como eixos de articulação regional, nos quais as características clássicas como posição geográfica, capacidade política e conexões infraestruturais permitiriam projetar influência para áreas adjacentes.

No caso do triângulo boliviano a centralidade residia na localização interior do subcontinente, que articula Andes, planícies amazônicas e conexões com o Cone Sul. Esse espaço zonal triangular poderia atuar como ponto de integração continental e de controle de fluxos inter-regionais, dada sua posição charneira entre diferentes domínios geoeconômicos e corredores de circulação.

Já o triângulo caribenho foi interpretado como estratégico sobretudo pela sua inserção marítima e proximidade com rotas comerciais e militares do Caribe e do Golfo do México. Nesse sentido, a análise de Tambs (1965) enfatizava a capacidade que esses territórios poderiam possuir para influenciarem redes políticas e energéticas regionais, bem como disputas de poder que ultrapassavam a escala continental e alcançavam a dimensão hemisférica.

Com esse contexto, os dois triângulos (quadro 2) não devem ser entendidos como delimitações rígidas, mas como construções analíticas em um contexto de realismo político e que expressam uma leitura geopolítica baseada na identificação de centralidades espaciais e potenciais de projeção estratégica, articulando posição geográfica, circulação e relações de poder.

Quadro 2 - Teorias clássicas e os fenômenos contemporâneos.

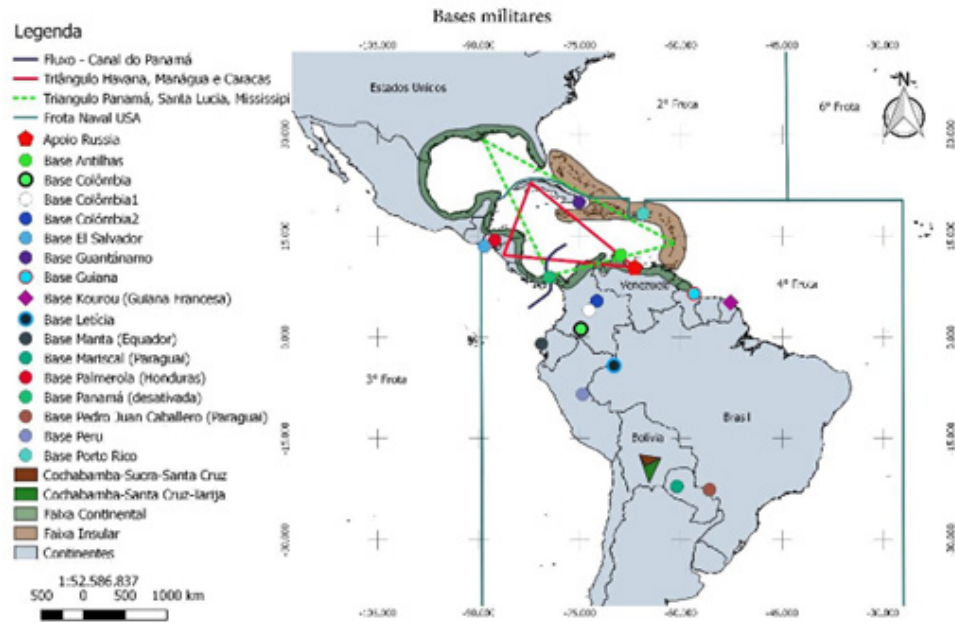
Referencial clássico	Conceito central	Manifestação contemporânea
Mackinder	Região-pivô (<i>Heartland</i>)	Identificação de áreas estratégicas de recursos.
Travassos	Projeção infraestrutural e influência regional	Integração logística e disputa por corredores.
Tambs	Triângulos geopolíticos	Reconfiguração mineral-energética regional.
Realismo clássico	Competição interestatal	Disputas por cadeias produtivas globais.
Geopolítica crítica	Imaginários geopolíticos	Narrativas como Monroe 2.0.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A discussão posterior retomada por Miyamoto (1993), Pfrimer (2011) e Oliveira Neto (2019) permite identificar nexos estruturantes de tensão geopolítica relacionados à projeção de poder regional e a garantia de fluxos de recursos naturais.

¹² Hepple (2011, p. 6, tradução nossa) menciona que “ao longo de seus artigos, Tambs argumentou que a América Latina tinha duas grandes zonas estratégicas: a bacia do Caribe e o triângulo boliviano (...)”. Na mesma perspectiva que Mackinder, Tambs menciona de maneira linear que: “A versão sul-americana de Tambs era: Quem governa Santa Cruz controla Charcas. Quem controla Charcas controla o Heartland. Quem controla o Heartland controla a América do Sul” (Hepple, 2011, p. 7).

Figura 5 – Os triângulos geopolíticos.



Fonte: Oliveira Neto (2019).

A Figura 5 tem função de síntese conceitual, permitindo visualizar a lógica dos triângulos como construção analítica voltada à identificação de centralidades e articulações regionais (posição, circulação, influência). O ganho interpretativo aqui é mostrar que “triângulos” não são delimitadores rígidos, mas modelos de leitura que ganham ou perdem validade conforme transformações nos fluxos, nos recursos estratégicos e nas alianças. Assim, a figura serve como ponte entre as “velhas teses” e a necessidade de reinterpretação crítica no presente, evitando o uso anacrônico das formulações clássicas e conectando-as ao argumento de reconfiguração mineral-energética e de influência hemisférica.

O triângulo13 andino original perdeu parte de sua centralidade diante de novos arranjos, como o Triângulo do Lítio (Castro de Jesus et al 2023) e o triângulo caribenho contemporâneo. Ainda assim, sua interpretação relaciona-se à proposição de Travassos (1935), que defendia a expansão infraestrutural brasileira rumo ao interior continental como forma de contrabalançar influências regionais rivais.

Quadro 3 - Matriz analítica dos tensionamentos.

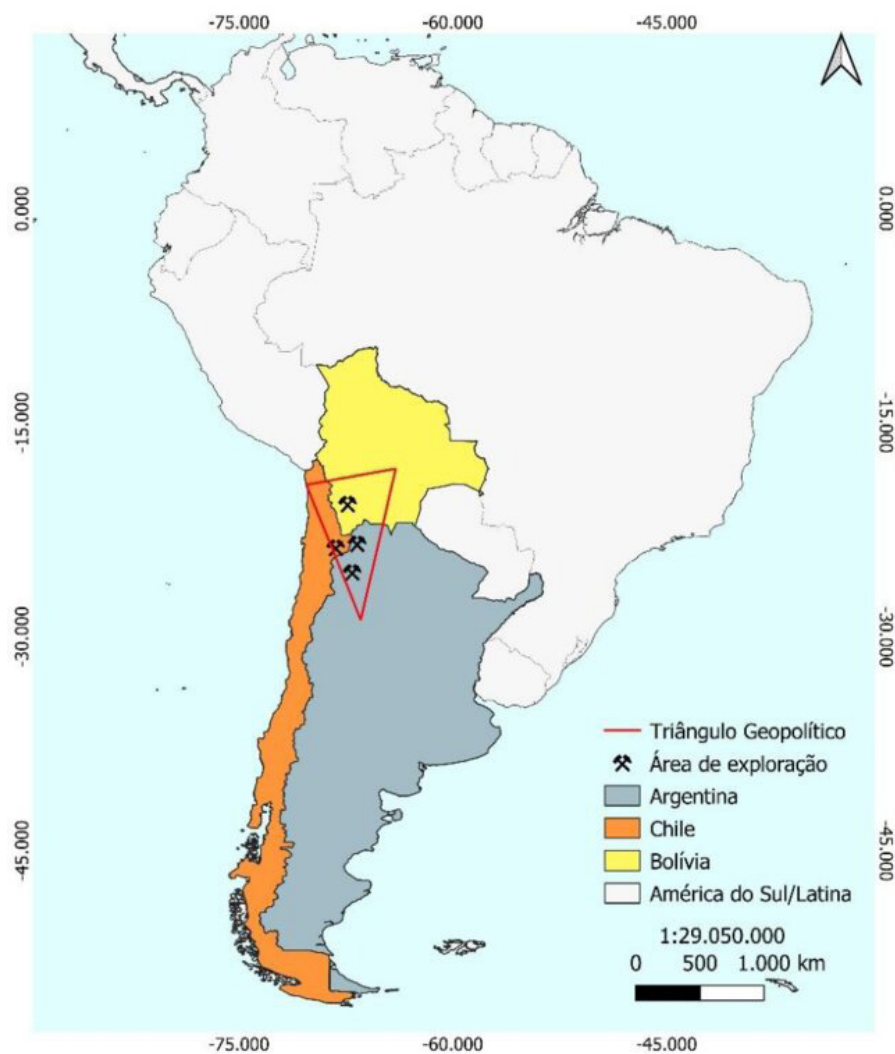
Variável	Indicadores observáveis	Exemplos
Recursos estratégicos	Localização e exploração mineral/ energética	Lítio andino; petróleo venezuelano
Alianças interestatais	Acordos diplomáticos e econômicos	Cooperação China–América Latina
Projeção militar	Exercícios, vigilância, deslocamento naval	Operações no Caribe
Fluxos econômicos	Comércio, financiamento e investimento	Empréstimos e obras de infraestrutura
Narrativas geopolíticas	Discursos estratégicos	Doutrina Monroe reconfigurada

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso do triângulo sul-americano contemporâneo, observam-se variações político-ideológicas entre governos nacionais, não homogêneas e que influenciam alinhamentos internacionais e estratégias de exploração mineral. Tais assimetrias não reduzem, contudo, a centralidade geopolítica regional, dada a concentração de reservas estratégicas.

13 Pfrimer (2011) menciona três análises geopolíticas: a Bolívia como um absurdo geográfico pelas perdas territoriais e do acesso ao mar; enquanto fração territorial de tensionamento e de disputa hegemônica regional entre Brasil e Argentina; por fim, enquanto país estratégico para o redesenho da integração Sul-Americana.

Figura 6 – O novo triângulo geopolítico.



Fonte: o autor.

O recorte e os vértices foram definidos a partir da triangulação entre (i) literatura sobre recursos estratégicos, (ii) dados secundários de produção/reservas e (iii) conectividade/corredores logísticos mencionados no corpus documental.

A Figura 6 representa uma proposição cartográfica autoral destinada a explicitar um arranjo contemporâneo de centralidades associado à concentração de recursos e à reorganização dos fluxos regionais. Para que opere como evidência, é necessário explicitar que os vértices foram definidos por critérios analíticos (ex.: concentração de reservas/produção, conectividade logística e função geoeconômica), e que o objetivo é visualizar um padrão interpretativo (não uma fronteira “natural”). Nessa chave, o mapa reforça a ideia de reterritorialização das disputas por cadeias produtivas e ajuda a conectar o debate dos triângulos (Quadro 2) com variáveis observáveis (Quadro 3), sustentando a leitura multiescalar do tensionamento.

Essa reconfiguração amplia relações econômicas e diplomáticas com múltiplos atores globais. Em contrapartida, no triângulo caribenho (Cuba, Venezuela e Nicarágua), não se observa alinhamento com os Estados Unidos, mantendo-se dinâmicas tensionadas.

Parte significativa das disputas contemporâneas concentra-se na garantia do fornecimento de recursos minerais essenciais aos circuitos produtivos de alta intensidade tecnológica. Nesse cenário, consolidam-se alianças Estado-Empresa-Estado (3E), viabilizando exploração e fornecimento, frequentemente com participação de capitais russos e chineses, presença percebida como estratégica e sensível na esfera de influência norte-americana.

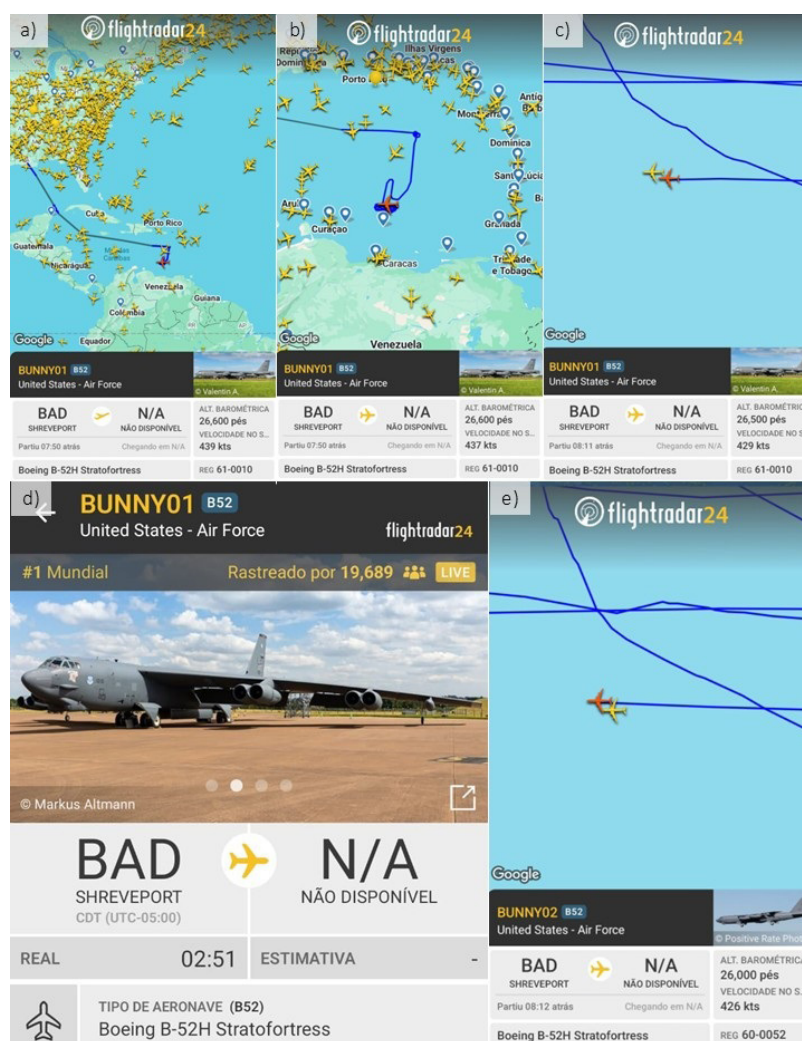
O controle das etapas iniciais da produção mineral constitui mecanismo geopolítico capaz de gerar dependência econômica e influência sobre preços globais. Por outro lado, a presença dispersa de empresas

multinacionais especialmente chinesas indica inflexão¹⁴ nas dinâmicas hemisféricas, ampliando inserções estatais indiretas via investimentos, obras e crédito internacional.

A escalada de ações estratégicas no Caribe é analisada por Mesa (2025), que aponta o uso de dispositivos militares (figura 7) e exercícios como instrumentos de dissuasão e projeção de poder regional.

Mesa (2025) indica ainda que tais ações se articulam ao discurso de combate a circuitos ilegais, embora possam gerar efeitos geopolíticos mais amplos, inclusive instabilidades territoriais localizadas¹⁵.

Figura 7 – Sobrevoou de aviões militares norte-americanos na costa da Venezuela em 2025.



Fonte: Flightradar24. Org. o autor.

A Figura 7 é empregada como registro empírico de **projeção e sinalização militar** (dissuasão), isto é, como evidência de que o tensionamento se materializa também por práticas espaciais de presença e vigilância. Analiticamente, o valor do dado está em demonstrar como ações pontuais (sobrevoos/exercícios) produzem efeitos políticos e simbólicos que reforçam narrativas de A Figura 8 evidencia o impacto dos tensionamentos sobre a circulação, mostrando que conflitos e crises produzem **efeitos espaciais imediatos** em redes técnicas globais (rotas, tempos, custos e conectividade). Em termos analíticos, isso sustenta o argumento de que a geopolítica contemporânea opera não apenas por territorialidade clássica, mas por interferência em **infraestruturas e fluxos** que reconfiguram a economia política do transporte. A figura, portanto, conecta-se

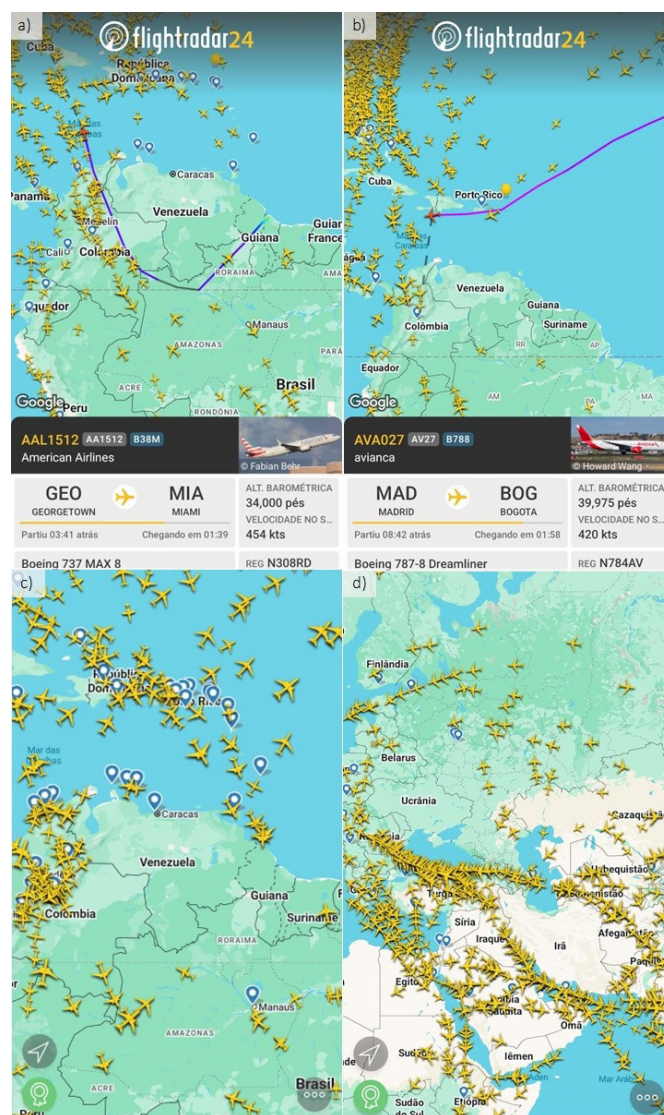
14 Arístegui (2025, p. 207) menciona que: “Nuestros partners (países aliados en Latinoamérica) en el hemisferio oeste con los que estamos unidos por el comercio, valores compartidos, tradiciones democráticas y lazos familiares están sintiendo el impacto de interferencia externa y coerción. La República Popular de China continúa expandiendo su influencia económica, diplomática, tecnológica y militar en Latinoamérica y el Caribe”.

15 Mesa (2025, p. 9) menciona que “Igualmente se ha hecho uso de bombarderos estratégicos B-52 Stratofortress y aeronaves de vigilancia P-8 Poseidón cerca del espacio aéreo venezolano, lo que consolida el cerco naval y multiplica la amenaza sobre Venezuela, como una clara señal de presión y capacidad de ataque”.

diretamente às variáveis “projeção militar” e “fluxos econômicos” (Quadro 3), funcionando como evidência de como a disputa hegemônica transborda para o cotidiano das redes de circulação, controle e segurança hemisférica, conectando-se ao enquadramento “Monroe reloaded”. Para maximizar a força interpretativa, recomenda-se explicitar o **intervalo temporal** da captura e o motivo de sua escolha (ex.: recorrência, pico do evento ou correlação com anúncio/política)

Entre as manifestações espaciais dos tensionamentos regionais, destaca-se a formação de zonas de restrição à circulação aérea (figura 8), observada em casos recentes, refletindo impactos diretos nas redes globais de transporte. Correspondendo por uma das faces da dimensão espacial da geopolítica e dos tensionamentos territoriais atuais.

Figura 8 – Desvio das rotas aéreas comerciais após movimentos de tensão nos países.



Fonte: Flightradar24. Org. o autor.

A Figura 8 evidencia o impacto dos tensionamentos sobre a circulação, mostrando que conflitos e crises produzem efeitos espaciais imediatos em redes técnicas globais (rotas, tempos, custos e conectividade). Em termos analíticos, isso sustenta o argumento de que a geopolítica contemporânea opera não apenas por territorialidade clássica, mas por interferência em infraestruturas e fluxos que reconfiguram a economia política do transporte. A figura, portanto, conecta-se diretamente às variáveis “projeção militar” e “fluxos econômicos” (Quadro 3), funcionando como evidência de como a disputa hegemônica transborda para o cotidiano das redes de circulação. No caso venezuelano, reconfigurações diplomáticas com potências extrarregionais foram acompanhadas pela imposição de sanções econômicas e restrições comerciais, evidenciando disputas em torno da autonomia energética, do controle de fluxos petrolíferos e da inserção internacional do país. Tais dinâmicas

podem ser interpretadas como articuladas a estratégias voltadas a:

a) reduzir fluxos comerciais e financeiros entre a Venezuela e atores como Rússia e China, limitando a ampliação da influência desses países no norte da América do Sul e condicionando a capacidade de inserção venezuelana no mercado energético internacional;

b) no contexto geoeconômico, restringir a margem de manobra estatal sobre suas reservas e receitas petrolíferas, elemento central para a regulação de preços e produção no âmbito da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP e OPEP+), reconfigurando equilíbrios de poder no mercado global de energia;

c) preservar a funcionalidade do parque industrial de refino dos Estados Unidos¹⁶, parte do qual possui capacidade técnica voltada ao processamento de petróleo pesado e extrapesado. Considerando a expansão recente da produção doméstica baseada em óleos leves de xisto, derivados do *fracking*, a disponibilidade de petróleos de maior densidade permanece um fator estratégico para determinadas cadeias produtivas, inserindo o petróleo venezuelano no campo dessas disputas;

d) exercer pressão indireta sobre redes regionais de circulação de derivados energéticos — incluindo fluxos destinados a países aliados à Venezuela — por meio de instrumentos tarifários, comerciais e financeiros que ampliam o alcance extraterritorial das políticas energéticas e comerciais norte-americanas.

Cabe destacar que tais dimensões não devem ser compreendidas como causalidades únicas ou lineares, mas como interpretações analíticas construídas a partir de uma leitura geopolítica e geoeconômica do período, na qual múltiplos atores, interesses corporativos e condicionantes estruturais intervêm simultaneamente na configuração das tensões regionais. Havendo diferentes movimentos e eventos geopolíticos que foram sistematizados no quadro 4.

Quadro 4 - Cronologia sintética dos eventos mencionados

Período	Evento
1935	Formulação das teses geopolíticas de Travassos
1965–1980	Desenvolvimento da teoria dos triângulos geopolíticos
1990–2010	Reinterpretações acadêmicas e ampliação analítica
2010–2020	Intensificação da presença chinesa na América Latina
2025	Exercícios e pressões militares no Caribe
Jan/2026	Restrição aérea e intensificação das tensões regionais
Jan/Fev/2026	Restrição do transporte de petróleo e derivados dos portos venezuelanos para Cuba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No plano discursivo contemporâneo, observa-se reafirmação da Doutrina Monroe sob formulações atualizadas, denominadas por alguns autores como Monroe 2.0 (Arístegui, 2025) voltadas à contenção de influências extrarregionais e à proteção de interesses econômicos hemisféricos.

Esse processo não deve ser interpretado por categorias normativas simplificadoras. O que se evidencia é a inserção de territórios estratégicos nas disputas entre potência hegemônica global e potências emergentes, com implicações sobre recursos, fluxos e redes territoriais.

Tal movimento geopolítico corresponde a: a) reduzir a possibilidade de influência militar e econômica de países como China e Rússia no hemisfério ocidental; b) atualizar a doutrina clássica, que deixa de se concentrar apenas na contenção da colonização europeia ou de presenças extrarregionais específicas, como no caso da Groenlândia, e ganha robustez de em versão *Monroe 2.0*, com a centralização de estratégias de dissuasão e hegemonia voltadas à contenção geopolítica e econômica de novas potências rivais atuantes na América Latina.

Enfim, é importante mencionar que não se trata de classificar a atuação de países como Estados Unidos, Rússia ou China em termos de “benéfica” ou “maléfica”, evitando-se leituras dualistas ou normativas¹⁷. O que se observa é que países, territórios e rotas estratégicas do transporte mundial encontram-se inseridos na seara

16 “Grande parte das refinarias dos Estados Unidos, especialmente na Costa do Golfo, foi projetada para processar petróleo pesado importado, sobretudo o venezuelano. Essas instalações operam de forma mais eficiente quando misturam óleo pesado, mais barato, com petróleo leve, mais caro, garantindo maior produção de diesel e margens mais elevadas” (UOL, 04/01/2026).

17 Soberania, recursos e os tensionamentos Estados Unidos, da Rússia e da China é analisado em Alves et al (2023).

de disputas entre uma potência hegemônica global os Estados Unidos e potências emergentes, como a Rússia em seu processo de reerguimento geopolítico e a China em sua ascensão econômica, industrial e tecnológica.

Considerações finais

O texto evidenciou os contextos geopolíticos contemporâneos, procurando superar leituras fragmentadas ou interpretações estritamente ancoradas na geopolítica clássica. A análise concentrou-se nas tensões envolvendo a Groenlândia, a Venezuela e a disputa por recursos minerais estratégicos, demonstrando que tais processos se manifestam como expressões espaciais do exercício do poder no período atual, articulando dimensões materiais (rotas, recursos e infraestruturas) e dimensões simbólicas (discursos, narrativas e representações geopolíticas), frequentemente interpretadas à luz de uma matriz realista ampliada por contribuições da geopolítica crítica.

Observa-se que a reconfiguração da hegemonia norte-americana ocorre por meio da atualização de teses clássicas referentes a contenção, controle de rotas, acesso a recursos e projeção estratégica combinadas com as práticas contemporâneas associadas à produção de uma geopolítica imaginada. Essa combinação legitima ações e reposicionamentos estratégicos em distintas escalas, articulando discursos políticos, presença militar e estratégias econômicas. Nesse sentido, a denominada “Doutrina Monroe 2.0” pode ser compreendida não como repetição histórica, mas como adaptação discursiva e operacional das estratégias hemisféricas diante da ampliação da presença de outras potências globais/regionais e da crescente interdependência sistêmica. Tal atualização manifesta-se tanto na América Latina quanto nas disputas por controle e monitoramento de rotas e recursos no Ártico, especialmente a partir da centralidade geopolítica atribuída à Groenlândia.

No caso latino-americano, a análise evidenciou a permanência de zonas históricas de tensionamento, agora reconfiguradas por demandas associadas a recursos estratégicos (petróleo, lítio e terras raras) e pela inserção do continente nas disputas geopolíticas globais. A sistematização comparativa entre os casos analisados indicou convergências estruturais: presença de recursos estratégicos, atuação de potências extrarregionais, mobilização de discursos securitários e reorganização de fluxos econômicos e logísticos. Essas dinâmicas reforçam o papel da região não apenas como área periférica, mas como espaço ativo e central nas estratégias de recomposição hegemônica e contenção geopolítica no sistema internacional contemporâneo.

Como contribuição analítica, o estudo indicou que a noção de regiões-pivô permanece útil enquanto chave interpretativa, desde que reinterpretada criticamente e articulada a matrizes analíticas sistematizadas comparativas, cronológicas e multiescalares capazes de apreender a complexidade dos tensionamentos contemporâneos. Nesse sentido, as evidências apresentadas sugerem não o desaparecimento das categorias clássicas, mas sua expansão interpretativa e reterritorialização em novos espaços estratégicos.

Referências

- Allin, D. H. (2026). From the Archives: Return to Greenland. *Survival*, 68(1), pp. 159-164, 2026.
- Alves, P. de O.; Lira, J. O.; Batista, K. C. F. R. (2023). Erosão da democracia em face dos novos imperialismos. *Revista de Ciências do Estado*, 8(2), pp. 01-18.
- Arístegui, C. M. (2025). *La Doctrina Monroe 2.0 como estrategia de contención de EE. UU. para denegar espacios a China en Latinoamérica*. In M. Ahumada, R. Basaure, & M. Benítez (Orgs.), *Calidad de vida en China y América Latina y el Caribe: Economía verde y cambio climático* (pp. 194–213). IDEA-USACH.
- Bittencourt, P. V. Z. (2017). *Política internacional, do pensamento realista à teoria neorrealista: O pensamento teórico de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz em perspectiva comparada*. *Revista Intratextos*, 8(1), 1–22.
- Brigola, H. F. (2023). O Pensamento Geopolítico de Karl Haushofer. *Geografia (Londrina)* v. 32. n. 1, pp.49–60.
- Castro de Jesus, A. B. de.; Oliveira Neto, T.; Silva, F. B. A. (2023). Breves reflexões sobre o triângulo geopolítico do lítio Sul-americano. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 1, p. 01-16.

Combat, F. A. (2023). A historiografia sobre a guerra fria: reflexões críticas sobre o pensamento de John Lewis Gaddis. *História: Debates e Tendências*, v. 23, n. 3, p. 41-57.

Costa, W. M. da. (2015). O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. *Confins*, n. 25, 2015.

Costa, W. M. da. (2025). *A geopolítica do século XXI: ordem e desordem no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Consequência, 2025.

Dodds, K. (1993). Geopolitics, Cartography, and the State in South America, *Political Geography* 12/4 pp.361-81, see pp.361-2.

Dodds, K. (2025, February 21). *Que veut Trump en Arctique ? Géopolitique des ambitions impériales au Groenland*. Le Grand Continent. <https://legrandcontinent.eu/fr/2025/02/21/que-veut-trump-en-arctique-geopolitique-des-ambitions-imperiales-au-groenland/>

Dodds, K.; Nuttall, M. (2017). Materialising Greenland within a critical arctic geopolitics. In: *Greenland and the international politics of a changing Arctic*. Routledge. p. 139-154. pp. 139-154.

Fabri, A. Q. (2004). A influência dos tratados financeiros no livre comércio-a concorrência e as economias em desenvolvimento. *UNIJUS*, p. 133-154.

Giblin, B. (2025a). Editorial. *Hérodote*, (197), 3-5.

Glaser, C. L. (1997). The Security Dilemma Revisited. *World Politics*, v. 50, n. 1, 1997, p. 171-201.

Glaser, C. L. (2003). Structural Realism in a More Complex World. *Review of International Studies*, v. 29, p. 403-414.

Góes, G. S. (2018). Geopolítica mundial e America's Grand National Strategy: dialogos epistemológicos indissociáveis. *Revista da EGN*, v. 24, n. 3, p. 500-541.

Gregory, D. (1994). *Geographical imaginations*. Oxford: Blackwell.

Gricius, G. (2021). Conceptualising the Arctic as a Zone of Conflict. *Central European Journal of International and Security Studies*, (15)4, pp. 4-30.

Harley, B. (2009). Mapas, saber e poder. *Confins*, v. 5, p. 2-24.

Haushofer, K. (1931). *Geopolitik der Pan-Ideen*. *Zeitschrift für Geopolitik*, v. 6, 1931.

Hepple, L. W. Lewis Tambs, *Latin American geopolitics and the American new right*. School of Geographical Sciences, University of Bristol, 2011.

Léon, L. P. (2025, 5 de dezembro). *EUA reafirmam "proeminência" na América Latina em recado à China*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-12/eua-afirmam-proeminencia-na-america-latina-em-recado-china>.

Lobell, S. E. (2010). *Structural realism: Offensive and defensive realism*. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. Oxford University Press.

Lucht, H. (2025). Trump, Greenland and fear of freedom. *Anthropology Today*, 41(6), pp. 1-3, 2025.

Mesa, J. O. L. de. (2025). El Caribe: de paraíso tropical a zona de tensiones geopolíticas. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 20, n. 2, p. 7-14.

Ó Tuathail, G. Ó. (1996). *Critical geopolitics: The politics of writing global space*. University of Minnesota Press.

Ó Tuathail, G., & Agnew, J. (1992). *Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy*. *Political Geography*, 11(2), 190-204. [https://doi.org/10.1016/0962-6298\(92\)90048-X](https://doi.org/10.1016/0962-6298(92)90048-X)

Oliveira Neto, T. (2019). Os dois triângulos geopolíticos na América Latina. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 1, p. 1-25.

Pfrimer, M. H. (2011). Heartland Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, Brasil, v. 15, n. 1, p. 131–144,.

Qi, X.; Zhou, Y.; Li, Z.; Zhao, M.; Zhang, Q. (2024). Environmental impacts of Arctic shipping activities: A review. *Ocean & Coastal Management*, v. 240, p. 1–17, 2024. DOI: 10.1016/j.ocecoaman.2023.107017.

Roucek, J. S. (1951). The geopolitics of Greenland. *Journal of Geography*, v. 50, n. 6, p. 239-246.

Santos, M. (2004). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: EDUSP.

Shimabukuro, A. (2005). *A política de segurança dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria* (Dissertação de mestrado em Relações Internacionais). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

Tambs, L. A. (1965). Geopolitical factors in Latin America. In *Latin America: Politics, economics, and hemispheric security*. Frederick A. Praeger Publishers.

Tambs, L. A. (1979). *Como o Brasil joga o xadrez geopolítico*. *A Defesa Nacional*, 66(686), 135–148.

Tambs, L. A. (1980). *Influência da geopolítica na política e na estratégia das grandes potências*. *A Defesa Nacional*, 67(690), 127–156.

Teixeira, C. G. P. (2014). Uma política para o continente-reinterpretando a Doutrina Monroe. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, p. 115-132.

Travassos, M. (1935). *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

UOL. (2026, 4 de janeiro). *Por que petróleo da Venezuela é diferente do americano e afeta o diesel*. UOL Economia. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/01/04/petroleo-venezuelano-por-que-ele-e-diferente-do-americano-e-afeta-o-diesel.htm>